



Tribunal Supremo

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITO PROCESSUAL "Reforçando o papel do judiciário na prevenção e combate ao tráfico de drogas"

PAINEL IV

Oradores



Sua Excelência Naftal Luís Zucula

Sub-Procuradora Geral e Magistrado do Ministério Público junto do Gabinete Central de Recuperação de Activos

A recuperação de activos em processos contra a criminalidade organizada: a situação de Moçambique



Sua Excelência Alda Hermenegilda Manjate

Sub-Procuradora-Geral do Gabinete Central de Recuperação de Activos

A gestão de bens oriundos de crimes: desafios e conquistas de Moçambique



Excelentíssima Senhora Margarida Bandeira de Lima

Assessora Sénior e Especialista na Recuperação de Activos; Consultora do Centro Internacional de Recuperação de Activos do Instituto de Governança de Basileia

Cooperação judiciária em processos de narcotráfico: experiência brasileira



Excelentíssimo Senhor William Teddy

Director da Raedas

Recuperação de activos: A importância do registo público

Moderadora



Excelentíssimo Senhor Gilberto Correia

Advogado, Docente Universitário e Antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique



27 de Novembro de
2025



A gestão de bens oriundos de crimes: os desafios e as conquistas em Moçambique





Enquadramento Legal
Estrutura orgânica
Funções
Actividades Realizadas
Activos Recebidos - Imóveis
Activos Recebidos - Viaturas
Afectação de Activos
Arrendamento de imóveis
Resultados Financeiros com a gestão de activos
apreendidos
Desenvolvimento da Plataforma de Leilão Eletrónico
Visita aos Bens Apreendidos
Desafios da Gestão de Activos
Perspectivas





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ENQUADRAMENTO LEGAL



**Lei n°
13/2020, de
23 de
Dezembro**

**Estabelece o Regime Jurídico Especial de Perda
Alargada de Bens e Recuperação de Activos e
Cria o Gabinete Central de Recuperação Activos
(PGR) e o Gabinete de Gestão de Activos (MEF)**



**Decreto n°
31/2023, de 30
de Maio**

**Aprova o Regulamento de Gestão de
Activos Apreendidos e
Procedimentos Administrativos do
Gabinete de Gestão de Activos**





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



ESTRUTURA ORGÂNICA

Decreto
Presidencial nº
3/2025, de 06 de
Fevereiro



Define a Natureza, atribuições e
competências do Ministério das Finanças
(Revoga o Decreto Presencial nº 2/2024)

O artigo 7 do Regulamento de
Gestão de activos estabelece que a
estrutura funcional e a actividade
operacional do GGA são
estabelecidos no respectivo
regulamento interno.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



FUNCÕES DO GABINETE DE GESTÃO DE ACTIVOS

ATRIBUIÇÕES

- ✓ Administrar activos e bens apreendidos ou recuperados a favor do Estado;
- ✓ Conservar, proteger e gerir os activos e bens à guarda do Estado ou recuperados a favor do Estado, de forma diligente e zelosa;
- ✓ Determinar a alienação, capitalização, venda, afectação ao serviço público ou destruição;
- ✓ Proceder o exame e registo da avaliação de bens





DEVER DE COLABORAÇÃO (ART. 26 LEI 13/ 2020)

- O Gabinete de Gestão de Activos deve intervir na gestão e guarda de qualquer activo ou bem, a pedido do **Gabinete Central**, dos **gabinetes provinciais de recuperação de activos** ou das **autoridades judiciais**, independentemente do valor do bem apreendido.





SERVIÇOS PROVINCIAIS (ART. 6 DECRETO 31/ 2023)

- Na realização das suas atribuições o Gabinete de Gestão de Activos subordina-se ao Ministro que superintende a área das Finanças e articula com os **Serviços Provinciais de Economia e Finanças** para garantir a gestão e destino dos activos apreendidos.
- Os Serviços Provinciais praticam os actos de gestão previstos no Regulamento e observam as directrizes expedidas pelo Gabinete de Gestão de Activos.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
TRIBUNAL SUPREMO
GABINETE DO PRESIDENTE

Directiva nº 02/TS/GP/2024, de 07 de Outubro

Havendo necessidade de garantir a implementação do regime de gestão de activos apreendidos e procedimentos administrativos do Gabinete de Gestão de Activos, aprovado pela Lei nº 13/2020, de 23 de Dezembro e pelo Decreto nº 31/2023, de 30 de Maio, ao abrigo do disposto na alínea e), do artigo 97, da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/2014, de 23 de Setembro e, ainda, pela Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro, determino o seguinte:

1. O reconhecimento do papel do Gabinete de Gestão de Activos como o órgão do Estado que superintende a área do património do Estado, com atribuições de administração de activos e bens apreendidos ou recuperados, no âmbito de processos nacionais ou de actos decorrentes da cooperação jurídica e judiciária internacional;
2. A necessidade de colaboração dos Tribunais Judiciais, com o Gabinete de Gestão de Activos, na gestão e guarda de

5. Fixar a obrigação de os Juízes Presidentes dos Tribunais Superiores de Recurso e dos Tribunais Judiciais de Província, na qualidade de pontos focais dos Tribunais Judiciais, em matéria de gestão de activos apreendidos e procedimentos administrativos, enviar, para os pontos focais do Gabinete de Gestão de Activos, em cada província, no Serviço Provincial da Economia e Finanças, até dia 05 de cada mês, a informação sobre os activos apreendidos e/ou revertidos a favor do Estado;
6. A informação referida no número anterior deverá ser enviada, no mesmo prazo, para o Gabinete de Informação Judicial e Estatística do Tribunal Supremo;
7. Designar o Director do Gabinete de Informação Judicial e Estatística do Tribunal Supremo, coordenador, a nível central, em matéria de informação e dados estatísticos sobre processos de gestão de activos apreendidos e respectivos procedimentos administrativos;
8. A presente Directiva entra imediatamente em vigor.

Maputo, 07 de Outubro de 2024.

O Presidente

Adelino Manuel Muchanga





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO DO ESTADO
GABINETE DE GESTÃO DE ACTIVOS

Circular nº 06/SP/MEF/2024

Assunto: Articulação com os Órgãos Judiciais no âmbito de Gestão de Activos Apreendidos e/ou Recuperados à favor do Estado

1. O Gabinete de Gestão de Activos (GGA) foi criado através da Lei nº 13/2020, de 23 de Dezembro, que estabelece o Regime Jurídico de Perda Alargada de Bens e Recuperação de Activos à favor do Estado, como órgão do Estado que superintende a área do Património do Estado, com atribuições de administração de activos e bens apreendidos ou recuperados, no âmbito de processos nacionais ou actos decorrentes da cooperação jurídica internacional, nos termos do seu artigo 24.
2. As atribuições de gestão e administração de activos apreendidos, que competem ao Gabinete de Gestão de Activos, são definidas nos termos do disposto no artigo 5 do Regulamento de Gestão de Activos Apreendidos e Procedimentos Administrativos do Gabinete de Gestão de Activos, aprovado pelo Decreto nº 31/2023, de 30 de Maio, conjugado com disposto no artigo 25 da Lei nº 13/2020 de 23 de Dezembro.
3. No que se refere a articulação, o nº 1 do artigo 6 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 31/2023, de 30 de Maio, estabelece que na realização das suas atribuições, o Gabinete de Gestão de Activos, subordina-se ao Ministro que superintende a área das Finanças e articula com os Serviços Provinciais

Direcção Nacional do Património do Estado, Av. Julius Nyerere nº 449 e 469,
8º andar

da Economia e Finanças, para garantir a gestão e destino dos activos apreendidos.

4. Mais ainda, em relação ao dever de colaboração, o artigo 26 da Lei nº 13/2020, de 23 de Dezembro, estabelece que o Gabinete de Gestão de Activos deve intervir na gestão e guarda de qualquer activo ou bem, a pedido do Gabinete Central, dos gabinetes provinciais de recuperação de activos ou das autoridades judiciais, independentemente do valor do bem apreendido.

5. Neste contexto, no âmbito do dever de colaboração com as autoridades judiciais, o Tribunal Supremo, emitiu uma Directiva que designa, os Juizes Presidentes dos Tribunais Superiores de Recursos e dos Tribunais Judiciais de Província, pontos focais dos Tribunais Judiciais, em matéria de gestão de activos apreendidos e respectivos procedimentos administrativos, fixando que estes enviarão, para os Pontos Focais do Ministério da Economia e Finanças na matéria, em cada província, no Serviço Provincial da Economia e Finanças, até dia 05 de cada mês, a informação sobre os activos apreendidos e/ou revertidos a favor do Estado.

6. Deste modo, os Exmos Senhores Directores dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças os Pontos Focais em matéria de gestão de activos apreendidos e/ou revertidos a favor do Estado, orientando-os que devem canalizar a informação recebida dos Pontos Focais dos Tribunais Judiciais, ao Gabinete de Gestão de activos até o dia 10 de cada mês, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 6 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 31/2023, de 30 de Maio.

7. Nos casos de existência de valores apreendidos nos processos judiciais deverão ser depositados nas seguintes contas bancárias, tituladas pelo Gabinete de Gestão de Activos, no Banco de Moçambique:

a) Conta em Metical

Nome da Conta: MEF-GGA-GESTÃO DE ACTIVOS APREENDID
PRAÇA DA MARINHA
MAPUTO

Número de Conta: 000520513017 (MZM – Metical)

NIB: 000002210052051301710

b) Conta em Dólares Americanos

Nome da Conta: MEF-GGA-GESTÃO DE ACTIVOS APREENDID
PRAÇA DA MARINHA
MAPUTO

Número de Conta: 000520601187 (USD – Dólar Americano)

NIB: 000002210052060118719

8. Nestes termos, solicita-se a devida colaboração com os Tribunais Judiciais e outros Órgãos da Administração da Justiça, no âmbito da gestão de activos, a nível da Província.

Cordiais saudações

Maputo, 21 de Agosto de 2024

O Secretário Permanente

Domingos Lambo

A (o):

Exmo. (a) Senhor (a) _____

Director (a) do Serviço Provincial da Economia e Finanças

Direcção Nacional do Património do Estado, Av. Julius Nyerere nº 449 e 469,
8º andar

Direcção Nacional do Património do Estado, Av. Julius Nyerere nº 449 e 469, 8º andar



LEILÃO IMPORTÂNCIA DA VENDA ANTECIPADA

- Venda antecipada dos activos apreendidos antes do trânsito em julgado da decisão judicial que determine a perda dos mesmos a favor do Estado, evita:
 - ✓ risco à saúde;
 - ✓ deterioração, danificação ou dissipação de activos;
 - ✓ custos avultados resultantes da sua guarda;
 - ✓ perda de valor económico.

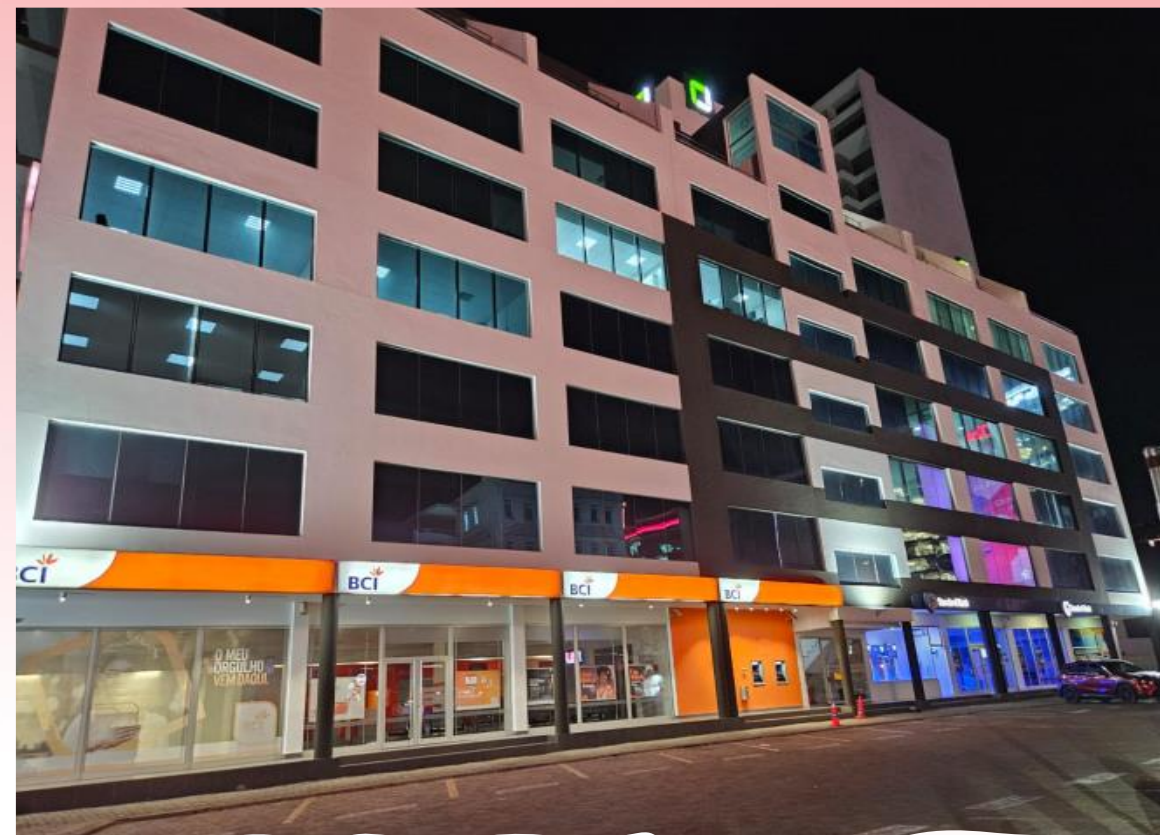




ACTIVIDADES REALIZADAS

ACTIVOS RECEBIDOS - IMÓVEIS

- O GGA, neste período recebeu do Gabinete Central de Recuperação de Activos 30 (trinta) imóveis, localizados nas Cidades de Nampula, Nacala e Maputo como **Hotéis, Imóveis residenciais, Armazéns, Escritórios, lojas, e Obras em Construção.**



Edifício Maryah Imobiliária – Cidade de Maputo





Complexo de casas em Nacala Porto

**IMÓVEIS APREENDIDOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO
STOP BC**



Complexo de casas em Nacala Porto

**IMÓVEIS APREENDIDOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO STOP
BC**



Maryah Imobiliária (Complexo Comercial) / Av. Josina Machel nº 38 Cidade de Maputo



Complexo de Lojas Comerciais Inacabadas em Nacala-Porto

IMÓVEIS APREENDIDOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO STOP BC



Imóvel apreendido na Vila do Distrito de Homoíne

Imóvel anteriormente utilizado na prática de crime de rapto foi proposta a afectação ao Conselho Municipal da Vila de Homoíne.



• ACTIVOS RECEBIDOS – VIATURAS

- No período em análise foram recebidas do Gabinete Central de Recuperação de Activos **269 viaturas**, camiões e tractores apreendidas pela Procuradoria da República – Cidade de Maputo no âmbito do processo-crime n.º 92/GCCCOT/2024, a correr termos no Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional – GCCCOT.





Camião frigorífico parqueado no SERNIC de Inhambane
com proposta de afectação ao Estabelecimento
penitenciário provincial



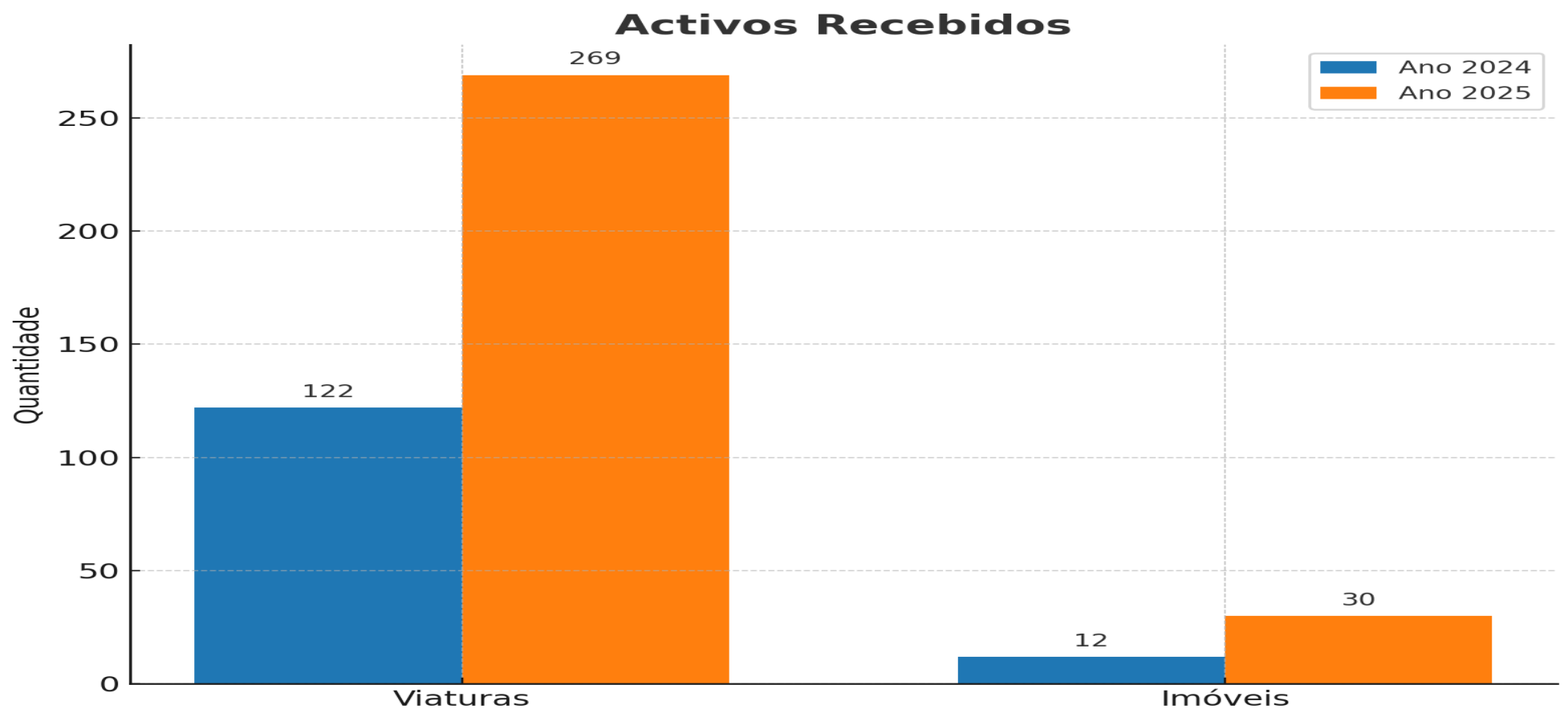
- **NOVO CONCURSO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURANÇA PRIVADA**

- No mês de Outubro de 2025 foi realizado novo concurso para contratação de segurança privada para os 18 parques de viaturas e para o Executive Hotel para o efeito de evitar a vandalização dos activos





ACTIVOS RECEBIDOS EM 2025





AFECTAÇÃO DE ACTIVOS NO 1º SEMESTRE DE 2025

IMOVEIS AFECTADOS EM 2025

Nº Ord.	Imovel	Localizacao	Cidade/Distrito	Instituição Afectada	TOTAL
1	Apartamentos T2	Av. Julius Nyerere nº 106, Cidade de Maputo, 2º andar esquerdo, Prédio Serafim	Cidade Maputo	Conselho Superior da Magistratura Judicial - Inspeção Judicial	3
2	Apartamentos T5	Imóvel de 2 pisos, localizado no Bairro Alto Gingone, Condomínio Alto Gingone,	Cidade de Pemba	Tribunal Fiscal de Cabo Delgado	
3	Loja	Bairro da Costa do Sol, Av. Major General Cândido Mandlane, zona conhecida por Dona Alice – Cidade de Maputo.	Cidade Maputo	Balcão de Atendimento único (BAU)	





Imovel afectado ao Tribunal Fiscal de Cabo-Delgado





ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS

LISTA DE IMOVEIS ARRENDADOS

Nº Ord.	Imovel	Localizacao	Cidade/Distrito	Arrendatario	Valor da Renda
1	Apartamentos T3	Av. Julius Nyerere nº 914, Cidade de Maputo 11º Andar direito/SJ, Prédio Imoinvestimentos	Cidade Maputo	Walt	90.000,00
2	Apartamento T1	Av. 24 De Julho nº 25, Cidade de Maputo, 12º andar F, Prédio Cimpor	Cidade Maputo	Standup Media Lda.	39.200,00
3	Apartamento T1	Av. 24 De Julho nº 25, Cidade de Maputo, 14º andar E, Prédio Cimpor	Cidade Maputo	Pactum Legal	45.000,00
4	Apartamento T3	Av. Julius Nyerere nº 914, Cidade de Maputo 18º Andar direito, Prédio Imoinvestimentos	Cidade Maputo	Licínio António Paco	85.000,00
5	Apartamentos T2	Av. Julius Nyerere nº 914, Cidade de Maputo 18º Andar direito/E, Prédio Imoinvestimentos	Cidade Maputo	Dj Consulting Sociedade Unipessoal, Lda.	70.000,00
6	Apartamentos T2	Av. Julius Nyerere nº 914, Cidade de Maputo 18º Andar direito/F, Prédio Imoinvestimentos	Cidade Maputo	Dj Consulting Sociedade Unipessoal, Lda.	70.000,00
7	Apartamento T3, 9º andar E	Cond. Indico, Av. Armando Tivane nº 143, 8º andar, B. P	Cidade de Maputo	Claudia Simbine	125.000,00
8	Vivenda de três pisos Tipo 4, Anexos, Piscina e Vedação	Rua 4565, Talhão 18, Parcela 660 E, Bairro Costa do Sol, Cidade de Maputo	Cidade Maputo	Paulo Manuel Castelo Pires Teixeira	90.000,00
9	Apartamento tipo 3	Condomínio Sun Rise, localizado na Rua Eugénio Lemos, n.º 1253, 2º andar direito -A, Cidade de Maputo	Cidade Maputo	CONSHORIZON, Lda	110.000,00
10	Sobre - Loja	AV. Eduardo Mondlane, nº 290, Prédio Deco Residence, Cidade de Maputo	Cidade Maputo	Lázaro João Moiane	15.000,00
11	Sobre - Loja			Cheery China Sociedade Unipessoal, Lda	15.000,00
12	Sobre - Loja			Prifuturo Consultoria e Serviços - Sociedade Unipessoal, Lda	15.000,00
13	Sobre - Loja			Por formalizar contratos	0,00
14	Sobre - Loja				0,00
15	Sobre - Loja				0,00
16	Sobre - Loja				0,00
17	Sobre - Loja				0,00
18	Sobre - Loja				0,00
19	Sobre - Loja			como GGA	0,00
20	Loja	Av. Eduardo Mondlane nº 290, R/c, Cidade de Maputo, Prédio Deco	Cidade Maputo	A G-Fashion - Sociedade Unipessoal Lda.	20.000,00





ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS

21	Vivenda de 2 pisos Tipo 4	Condomínio Garden Park Village, Casa n.º 48, Av. Samora Machel n.º 2965	Cidade da Matola	Por Arrendar	0.00
22	Escritório	Nampula	Nacala Porto	NEDBANK	255,600.00
23	Hotel	Nampula	Nacala Porto	Residencial Fenix /Ocean Village	161,272.00

ARRENDAMENTO EM USD

Nº Ord.	Imovel	Localizacao	Cidade/Distrito	Arrendatario	Valor da Renda
24	Vivenda de três pisos Tipo 4, Anexos, Piscina e Vedação	Rua de Embondeiro, nº 541, Bairro Triunfo, Cidade de Maputo	Cidade Maputo	Michel Gorsbach	2,100.00





ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS

EDIFÍCIO MARYAH

Nº Ord.	Imovel	Localizacao	Cidade/Distrito	Arrendatario	Valor da Renda
1	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia, 6º Andar	Cidade de Maputo	ROGERS AVIATION	4,820.00
2	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 6º Andar B	Cidade de Maputo	MOZ, LDA	3,460.00
3	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 5º Andar B	Cidade de Maputo	MAZARS SCAC, LDA	7,360.00
4	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 4º Andar B	Cidade de Maputo	FIRST CAPITAL BANK SA	5,159.50
5	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 5º Andar	Cidade de Maputo	FIRST CAPITAL BANK SA	6,865.00
6	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 6º e 7º Andar Completo	Cidade de Maputo	FIRST CAPITAL BANK SA	16,640.00
7	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 3º Andar	Cidade de Maputo	Em negociação com	0.00
8	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 3º Andar	Cidade de Maputo	EDM	0.00
9	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia 3º Andar	Cidade de Maputo	CILIX SOFTWARE, LDA	3,430.00
10	Escritórios	Aterro da Maxaquene, Rua Sociedade de Geografia	Cidade de Maputo	BCI	22,852.50
11	Escritórios		Cidade de Maputo	GALP	17,667.50
12	Escritórios		Cidade de Maputo	ICRO	4,610.55
13	Escritórios		Cidade de Maputo	SOM PETROLEUM	3,500.50
14	Escritórios		Cidade de Maputo	MARUBENI	7,000.00
15	Escritórios		Cidade de Maputo	STANDARD BANK	22,790.00



RESULTADOS FINANCEIROS COM A GESTÃO DE ACTIVOS APREENDIDOS – OUTUBRO DE 2025

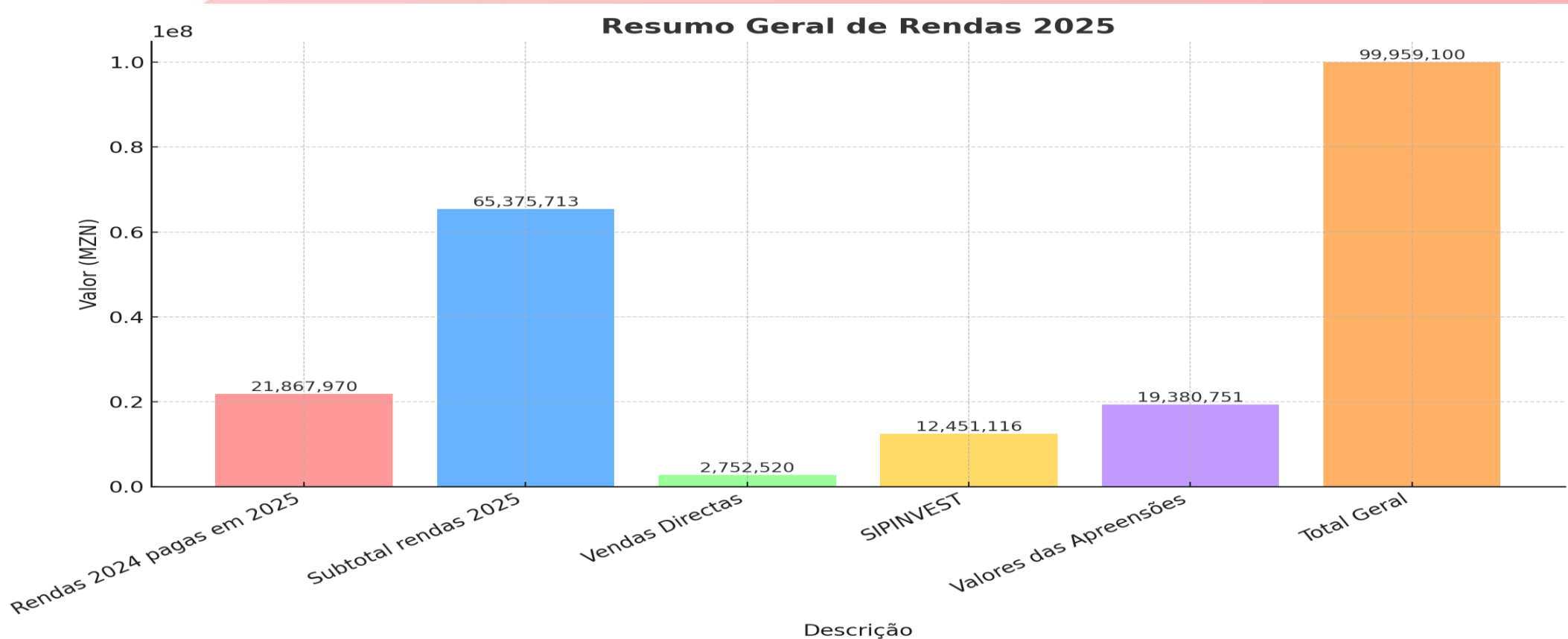
Resumo Geral de Rendas 2025

<u>Descrição</u>	<u>Valor (MZN)</u>
Rendas de 2024 pagas em 2025	21.867,970.21
Total de rendas de 2025	65.375,713.29
Vendas Directas	2.752,520.00
<u>Cobrança pela SIPINVEST</u>	12.451,116.34
Valores das Apreensões em dinheiro	19.380,750.56
Total Geral de Rendas 2025	99.959,100.19





RESULTADOS FINANCEIROS COM A GESTÃO DE ACTIVOS APREENDIDOS





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



REPARTIÇÃO DAS RECEITAS DA GESTÃO DE ACTIVOS APREENDIDOS

15% para o funcionamento do Gabinete Central de Recuperação de Activos



15% para o funcionamento do Gabinete de Gestão de Activos

70% para o Estado

- 40% para o Orçamento do Estado
- 60% para capitalização e/ou ressarcimento nos casos de absolvição dos réus, precedida da correcção monetária
- O Ministro que superintende a área das Finanças pode, excepcionalmente, autorizar a utilização da receita resultante de capitalização, para suportar as despesas de





CAPITALIZAÇÃO DAS RECEITAS

1. A aplicação de médio prazo, 150 milhões de meticaís em **3 anos** em **obrigações BNI 2025 - III Série**

Obrigações BNI 2025 - III Série								
Instrumento Financeiro	Montante a Investir (MZN)	Taxa de Juro	Períodos	Nº dias	Juros Semestrais Brutos	Imposto**	Custódia***	Juros Semestrais Líquidos
Obrigações BNI 2025 - III Série	150.000.000,00	12,75% MIMO + 1,00%*	15/10/2025	180	9.562.500,00	1.912.500,00		7.650.000,00
			15/04/2026	180	9.562.500,00	1.912.500,00	375.000,00	7.275.000,00
			15/10/2026	180	9.562.500,00	1.912.500,00		7.650.000,00
			15/04/2027	180	9.562.500,00	1.912.500,00	375.000,00	7.275.000,00
			15/10/2027	180	9.562.500,00	1.912.500,00		7.650.000,00
			15/04/2028	180	9.562.500,00	1.912.500,00	375.000,00	7.275.000,00
					-	-		-
					-	-		-
Total de Juros					57.375.000,00			44.775.000,00
Reembolso de Capital + Juros								157.275.000,00

* Assumindo inalteração da Taxa de Juro ao longo dos 3 anos (apenas por uma questão de simplificação da simulação)

** Imposto de 20% sobre os Juros Semestrais Brutos

*** Taxa de Custódia de 0.025% sobre o montante do investimento, cobrado numa base anual

2. A aplicação de curto prazo, 157,949 milhões de meticaís em **06 meses** em **Papel Comercial BNI 2025 - I Série**

Papel Comercial BNI 2025 - I Série								
Instrumento Financeiro	Montante (MZN)	Juros	Períodos	Nº dias	Juros Sem. Brutos	Imposto**	Custódia***	Juros Semestrais Líquidos
Obrigações BNI 2025 - III Série	157,949,280.00	9.50%	23/10/2025	180	7,502,590.80	1,500,518.16		6,002,072.64
			23/04/2026	180	7,502,590.80	1,500,518.16	394,873.20	5,607,199.44
Total de Juros					15,005,181.60			11,609,272.08
Reembolso de Capital + Juros								163,556,479.44

* Assumindo inalteração da Taxa de Juro ao longo dos 2 Semestres (apenas por uma questão de simplificação da simulação)

** Imposto de 20% sobre os Juros Semestrais Brutos

*** Taxa de Custódia de 0.25% sobre o montante do investimento, cobrado numa base anual





MEDIDAS TOMADAS PARA INQUILINOS QUE NÃO PAGAM A RENDA

- ✓ Foram rescindidos dois (02) contratos com o fundamento na falta de pagamento da renda.
- ✓ Foi recuperado um (01) imóvel que se encontrava com ocupante ilegal. Em face da situação foi apresentada uma denúncia crime ao Ministério Público, Procuradoria da República - Cidade de Maputo contra o ocupante, por indícios do cometimento dos crimes de usurpação de coisa imóvel e desobediência, previstos e punidos pelos artigos 284 e 353, do Código Penal.
- ✓ Para efeitos de cobrança coerciva das rendas em dívida foi solicitada a intervenção do GCRA, para cobrança no valor de **3.575.000,00 MT (Três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil meticais)**
- ✓ Na sequência foi aberto pela Procuradoria da República - Cidade de Maputo, o processo n.º 435/11/P/25 - 6ª B; Ofício n.º 21/MF/GGA/2025, de 20 Fevereiro e Ofício n.º 18/GAB - GGA/MF/2025, de 03 Março.





REVERSÃO DE DECISÕES DE AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

O Gabinete de Gestão de Activos foi notificado de algumas decisões judiciais, as quais determinaram a devolução de alguns activos apreendidos:

- 1. Despacho de arquivamento do processo n.º 50/GCCCOT/2023 que determinou a **devolução da viatura apreendida** nos autos, colhido o pronunciamento do CGRA, procedeu-se a reversão da afectação da viatura com a chapa de matrícula KMG 874 MP e respectiva plataforma com a chapa de inscrição HFX 696 MP, afectada ao INGD a 28 de Dezembro de 2023.
- 2. Por despacho de pronúncia do Tribunal Judicial da Província de Sofala - Secção de Instrução Criminal, nos autos de processo crime n.º 118/SIC/2024 (referentes ao processo n.º 12/GCCCOT/2023), no dia 27 de Março, foram entregues pelo Tribunal os Postos de Abastecimento de Combustível, sob gestão do GGA. Trata-se de **dois Postos localizados no Distrito de Caia, na Província de Sofala** e restantes activos apreendidos no processo, a uma empresa sediada na Cidade da Beira, como fiel depositário.
- Os Postos de Abastecimento de Combustível estavam **arrendados por concurso público** ao abrigo do Edital n.º 02/MEF/GGA/2024.





REVERSÃO DE DECISÕES DE AUTORIDADES JUDICIÁRIAS



Imóvel, localizado na Matola Rio foi apreendido e entregue ao Gabinete de Gestão de Activos, o qual fez a **afecção para o Serviço Provincial de Justiça**, que estava a realizar obras no imóvel para possibilitar o seu uso.

Uma suposta proprietária entrou com uma Providência Cautelar não Especificada e obteve decisão favorável para suspensão das actividades





REVERSÃO DE DECISÕES DE AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

Para o caso em apreço, o bem em causa está sob a tutela do Gabinete de Gestão de activos, que, segundo o seu regulamento, visa fazer gestão dos bens apreendidos no âmbito de processos judiciais (sejam crimes ou não), até que se tome a decisão final no processo em que o mesmo tiver sido apreendido, pelo que, não se vislumbra qualquer perigo de lesão do direito da requerente que, como dissemos, encontra-se “*beliscado*”.

Pelo que acima se provou, não se justifica a manutenção da providência decretada, tendo em conta que os requisitos constantes do artigo 399º do Código de Processo Civil.-----

Decisão

Pelo que acima se expôs e provou, **REVOGO** a providência previamente decretada, nos termos do disposto no artigo 381/B nº 01 do código de processo civil. -----

Na audiência do
contraditório diferido
foi esclarecido ao
tribunal de que se
tratava de activo
apreendido em processo
criminal sob gestão do
GGA.

Após a referida
audiência o Tribunal
**REVOGOU a providência
Cautelar.**





DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA DE LEILÃO ELETRÓNICO

- O Gabinete de Gestão de Activos com o apoio técnico do UNODC trabalhou, nos anos de 2023 e 2024, junto ao CEDSIF para criação do **Módulo de Leilão Eletrónico (MLE)** que está em fase de testes para entrada em produção.

The screenshot shows a web browser window with the URL 172.31.4.80/consultar-leilao. The page header is green with the text 'Ministério das Finanças' and 'Gabinete de Gestão de Activos'. Below this is a sidebar with a menu containing 'Criar Leilão', 'Consultar Leilão', 'Agendar Leilão', 'Efetuar Lances', and 'Relatório de Adjud...'. The main content area is titled 'Módulo de Leilão Eletrónico' and displays a table of 'Leilões Disponíveis'.

Código	Descrição	Nº do Edital	Lote	Data Início	Data Fim
20323902932025005	Carros na bolada	2032390293	Ver Lotes	29/03/2025	29/03/2025
01/MEF/GGA2025001	VIATUAS	01/MEF/GGA	Ver Lotes	19/02/2025	24/03/2025
66768972025006	Casas na bolada	6676897	Ver Lotes	14/03/2025	15/03/2025
66768972025007	Casas na bolada	6676897	Ver Lotes	31/03/2025	31/03/2025
334562025009	cggffc	33456	Ver Lotes	26/03/2025	26/03/2025
25458352025014	casa	2545835	Ver Lotes		
3243232025016	casas	324323	Ver Lotes	31/03/2025	01/04/2025
2819822025019	carros de julio na bolada	281982	Ver Lotes	01/04/2025	01/04/2025
00002025021	Casas	0000	Ver Lotes	02/04/2025	03/04/2025
000002025020	Predios a venda	00000	Ver Lotes	01/04/2025	02/04/2025
05/MEF/GGA2025003	moveis	05/mef/gga	Ver Lotes	26/02/2025	06/03/2025
58/MEF/GGA2025004	moveis	58/MEF/GGA	Ver Lotes	27/02/2025	28/02/2025

O leilão eletrónico trará inúmeras vantagens na venda dos activos, porque além de dar maior transparência ao processo, vai possibilitar a participação de interessados em todo o País, ampliando a concorrência e possibilitando uma maior arrecadação de recursos para aplicação em políticas públicas.





PROPOSTA DE DESTINO BENS APREENDIDOS

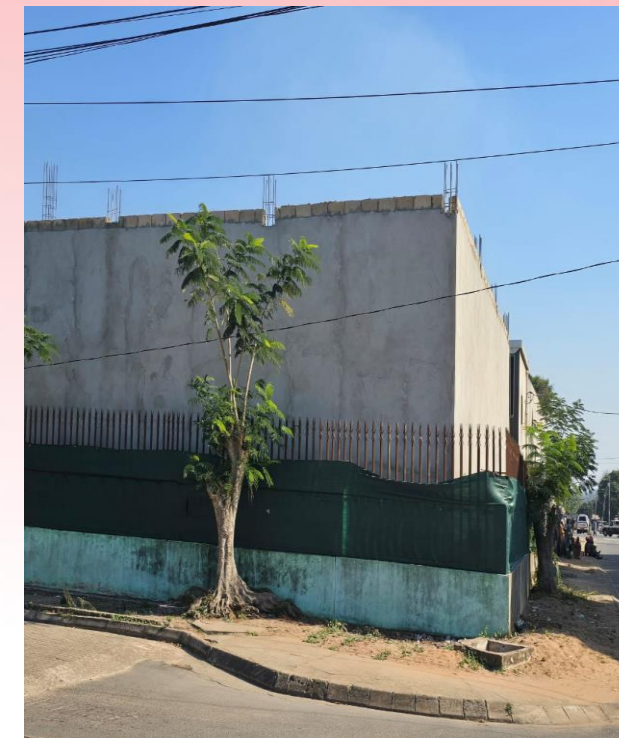
O Ministério da Agricultura realizou visita e demonstrou interesse na afectação da Fazenda Rei do Gado, localizada no Distrito de Moamba para exploração agrícola - A Fazenda contém vários imóveis, tractores, pá escavadoras e equipamentos utilizados para a plantação de produtos agrícolas.





VISITA AOS BENS APREENDIDOS

- No mês de Junho de 2025, foi dado início a uma série de visitas coordenadas pelo GCRA, com a participação de representantes de diversas Entidades (GGA, GCCC, GCCCCT, Centro Internacional de Recuperação de Activos, UNODC e Coperação Suíça) **no Conselho Municipal da Manhiça e Distrito da Moamba**. Seguiram-se as Províncias de Nampula e Sofala.





VISITA AOS BENS APREENDIDOS

- No Distrito de Namaacha, foram visitadas as instalações do Comando Distrital da PRM onde estão depositadas várias viaturas apreendidas com matrícula estrangeira.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



Visita de monitoria às Províncias - Fortalecimento da articulação institucional



Nessa visita de monitoria foram verificadas as condições das instalações para o adequado funcionamento do Hotel Chingodzi - Província de Tete





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Parque Nacional do Zinave - Distrito de Mabote





PRINCIPAIS DESAFIOS NA GESTÃO DE ACTIVOS

- A melhoria dos mecanismos de gestão, de forma a tornar o processo mais eficiente e eficaz;
- A capacitação dos Técnicos de modo a elevar o nível de conhecimento e domínio da gestão de activos;
- A mobilização de recursos materiais, equipamento especializado para melhor gestão dos bens apreendidos enquanto decorre o processo judicial;
- A melhoria de mecanismos de geração de rendimentos, de segurança dos activos apreendidos e/ou utilização, com vista a não onerar o Estado no período de gestão de activos; e
- A necessidade de melhorar o mecanismo de protecção e segurança, de modo a evitar a vandalização ou furto de bens apreendidos.
- A necessidade de articular junto às Autoridades Judiciárias para reduzir o tempo de entrega dos activos apreendidos ao Gabinete de Gestão de Activos visando seu atempado destino.





PERSPECTIVAS DO GABINETE DE GESTÃO DE ACTIVOS

- Aprovar o Regulamento Interno do Gabinete de Gestão de Activos;
- Realizar Leilão Presencial e Eletrónico para a venda de bens apreendidos;
- Entrada em produção do Sistema de Gestão de Activos integrado e Interoperável com o Gabinete Central de Recuperação de Activos;
- Aperfeiçoar os mecanismos de articulação com as Instituições do Estado que intervêm nos processos de recuperação e gestão de activos;
- Garantir a provisão de recursos materiais, financeiros e técnicos necessários para a gestão de activos;
- Realizar acções de supervisão e/ou monitoria das actividades de gestão de activos levadas a cabo pelos Serviços Provinciais de Economia e Finanças; e
- Aprimorar os mecanismos de segurança e protecção dos activos apreendidos.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



Alda Hermenegilda Manjate
Directora do Gabinete de
Gestão de Activos
/Sub- Procuradora- Geral/

Portal

www.gestaoactivos.gov.mz

e-mail

gestaoactivos@mef.gov.mz

gga@mef.gov.mz





Tribunal Supremo

IV COLÓQUIO

INTERNACIONAL DE DIREITO PROCESSUAL

"Reforçando o papel do judiciário na prevenção e combate ao tráfico de drogas"



A gestão de bens oriundos de crimes: os desafios e as conquistas de Moçambique

ORADORA

Sua Excelência Alda Hermenegilda Manjate

Formanda do III Curso Inicial de Formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público – CFJJ 2003; Formadora da Jurisdição Civil – CFJJ 2008 a 2023;
Directora do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane e de Sofala, entre 2013 e 2018;
Chefe de Departamento Central de Análise e Tratamento de Informação e Legislação – DATIL no Gabinete Central de Combate a Corrupção, GCCC, DE 2023 À 2024;
Directora do Gabinete de Gestão de Activos, desde Setembro de 2024



27 de Novembro de
2025